



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Peixe Boi



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Peixe Boi (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

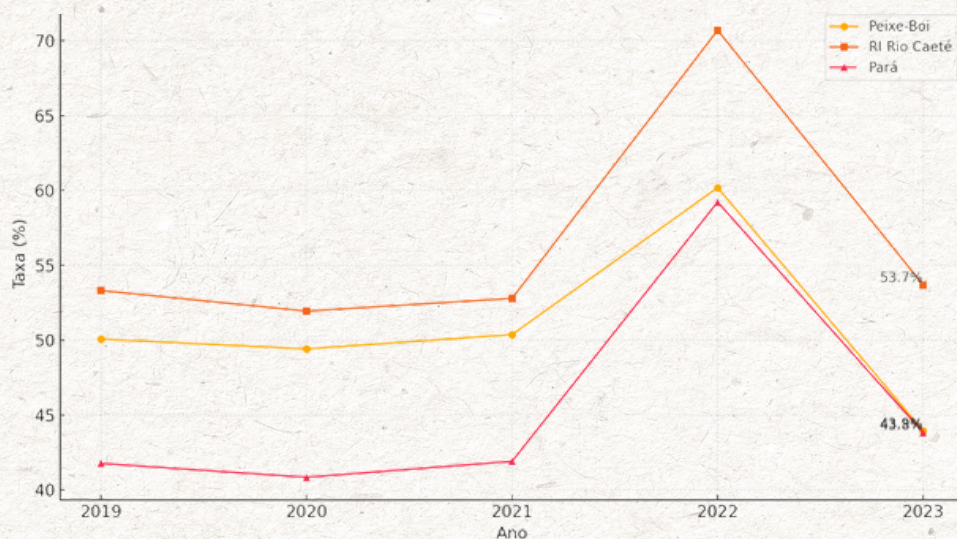
A taxa de pobreza no município de Peixe-Boi manteve-se relativamente estável entre 2019 (50,0%) e 2021 (50,5%), mas apresentou um salto significativo em 2022, atingindo 60,0%. Essa elevação foi acompanhada por comportamento semelhante na Região de Integração Rio Caeté, que saiu de 53,0% em 2021 para 70,7% em 2022. No estado do Pará, a taxa também aumentou, passando de 42,1% para 59,1% no mesmo período. Esse pico generalizado sugere um impacto conjuntural adverso nesse ano, possivelmente relacionado às repercussões

econômicas e sociais da pandemia de COVID-19 (Gráfico 1).

Em 2023, observa-se um recuo expressivo das taxas em todas as esferas analisadas. Peixe-Boi reduziu sua taxa de pobreza para 43,9%, abaixo dos níveis registrados em 2019. A RI Rio Caeté também apresentou retração para 53,7%, enquanto o estado do Pará fechou o ano com 43,8%. Esses dados indicam uma recuperação no cenário socioeconômico, embora o patamar de pobreza ainda permaneça elevado, especialmente na RI Rio Caeté. A queda após o pico de

2022 evidencia a retomada de políticas públicas, programas de transferência de renda ou recuperação do mercado de trabalho formal (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

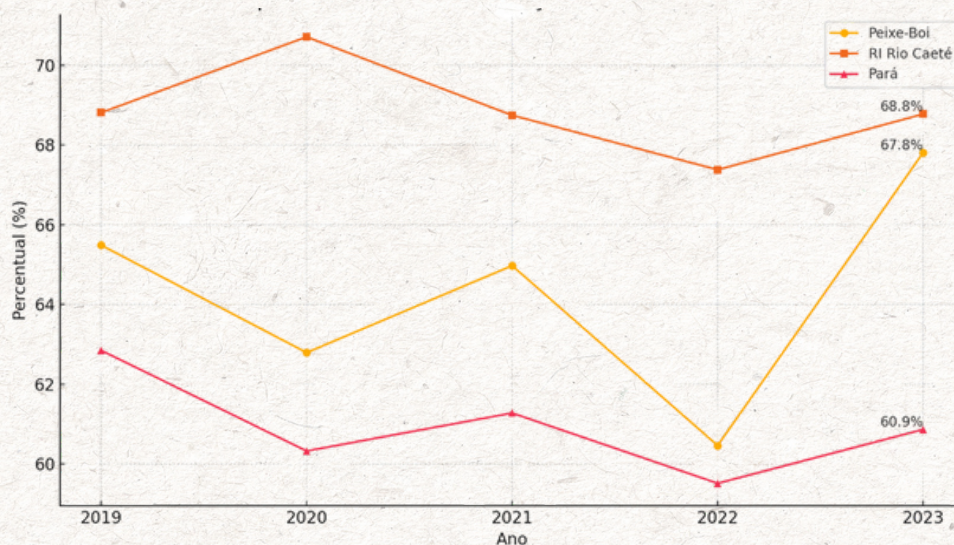
Em Peixe-Boi, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais iniciou em 65,5% em 2019, mas caiu para 62,8% em 2020, mantendo-se relativamente próximo nos anos seguintes (65,0% em 2021 e 60,5% em 2022). Contudo, em 2023 houve uma recuperação significativa, com o índice atingindo 67,8%, o maior valor do período observado. Essa oscilação pode refletir ajustes orçamentários relacionados à pandemia, seguidos de retomada dos investimentos em áreas como saúde, educação e assistência social no pós-crise (Gráfico 2).

Na Região de Integração Rio Caeté, os valo-

res permaneceram elevados ao longo dos anos, variando de 68,7% (2019) a 70,7% (2020), com uma leve queda em 2022 (67,5%) e retomada em 2023 (68,8%). Já no estado do Pará, os percentuais oscilaram em torno de 63,0% em 2019 para 60,9% em 2023, com uma leve queda em 2022 (59,4%). O comportamento desses dados indica que, apesar das dificuldades conjunturais, houve manutenção do compromisso com os serviços essenciais, sobretudo em nível municipal e regional, o que pode ter contribuído para a redução das taxas de pobreza observada em 2023 (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 67,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A taxa de crianças com baixo peso ao nascer em Peixe-Boi apresentou variações acentuadas ao longo do período de 2019 a 2023. Em 2019, o município registrava uma taxa de 8,4%, que caiu drasticamente para 3,5% em 2020. No entanto, em 2021, houve um aumento expressivo para 9,0%, seguido de nova queda para 3,4% em 2022. O ano de 2023 apresentou o maior valor da série, com a taxa alcançando 13,0%. Essa oscilação sugere instabilidade nos determinantes sociais e de saúde que influenciam os desfechos neonatais no município, indicando

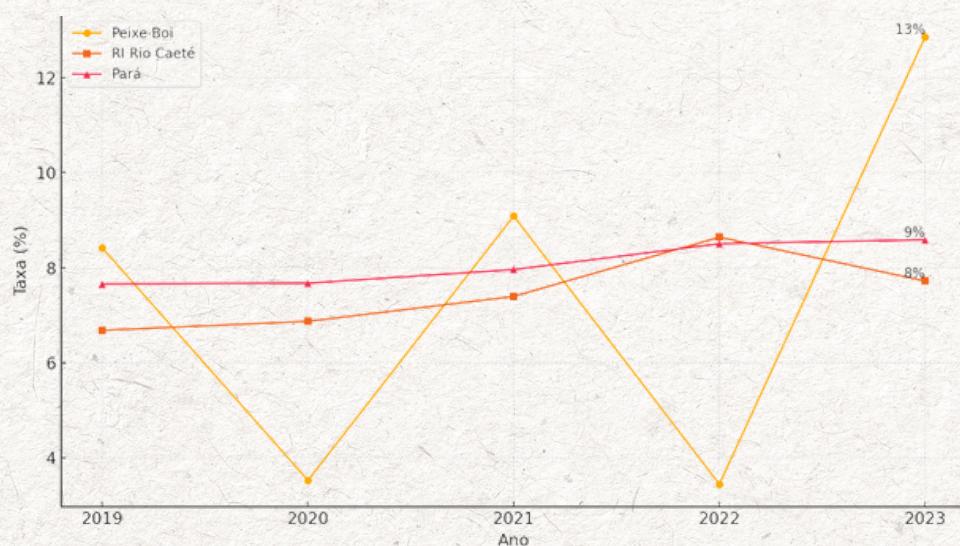
a necessidade de maior vigilância e ações de saúde materno-infantil (Gráfico 3).

Na Região de Integração Rio Caeté, o comportamento foi mais estável, com a taxa subindo gradualmente de 6,7% em 2019 para 8,6% em 2022, e recuando levemente para 7,8% em 2023. Já o estado do Pará também apresentou uma evolução contida, iniciando em 7,7% em 2019 e encerrando com 9,0% em 2023. Essa estabilidade regional e estadual contrasta com a grande variação municipal, sugerindo que fatores locais em Peixe-Boi, como qualidade do pré-

natal, nutrição materna ou cobertura de saúde — podem ter papel determinante na prevalência do baixo peso ao nascer (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

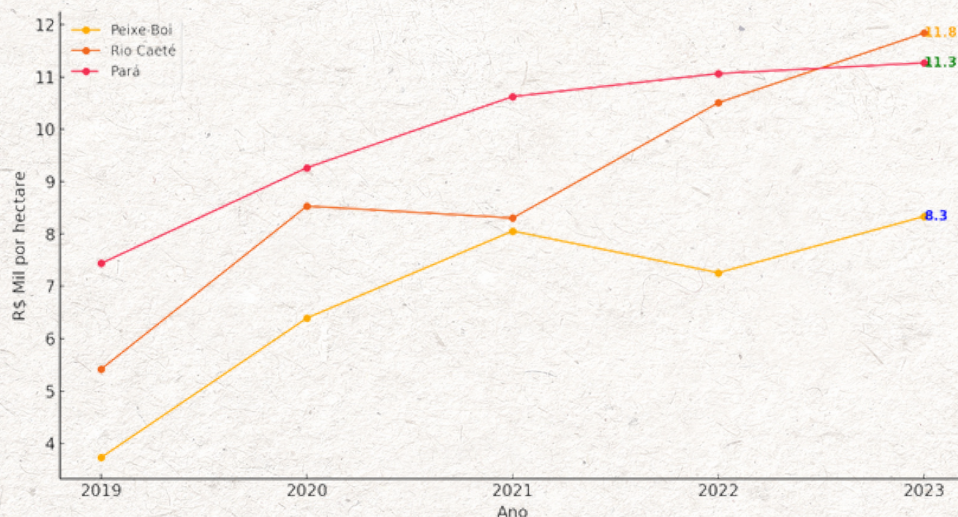
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Peixe-Boi cresceu consideravelmente entre 2019 e 2021, saindo de R\$ 3,7 mil por hectare em 2019 para R\$ 8,1 mil por hectare em 2021. Em 2022, houve uma leve retração para R\$ 7,3 mil, seguida de novo avanço em 2023, com o indicador atingindo R\$ 8,3 mil por hectare. Esse comportamento revela uma tendência de crescimento com oscilações moderadas, sugerindo avanço na adoção de técnicas produtivas ou valorização de culturas agrícolas locais, ainda que com limitações frente aos níveis regionais e estaduais (Gráfico 4).

Na comparação, a RI Rio Caeté registrou um crescimento mais consistente, de R\$ 5,5 mil em 2019 para R\$ 11,8 mil por hectare em 2023, superando inclusive a média estadual, que passou de R\$ 7,4 mil para R\$ 11,3 mil no mesmo intervalo. Os dados mostram que, apesar da melhoria em Peixe-Boi, sua produtividade ainda está abaixo da média da região e do estado. Isso pode refletir limitações estruturais, menor acesso a insumos ou tecnologias agrícolas, ou concentração de culturas de menor valor agregado no município (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8,3 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

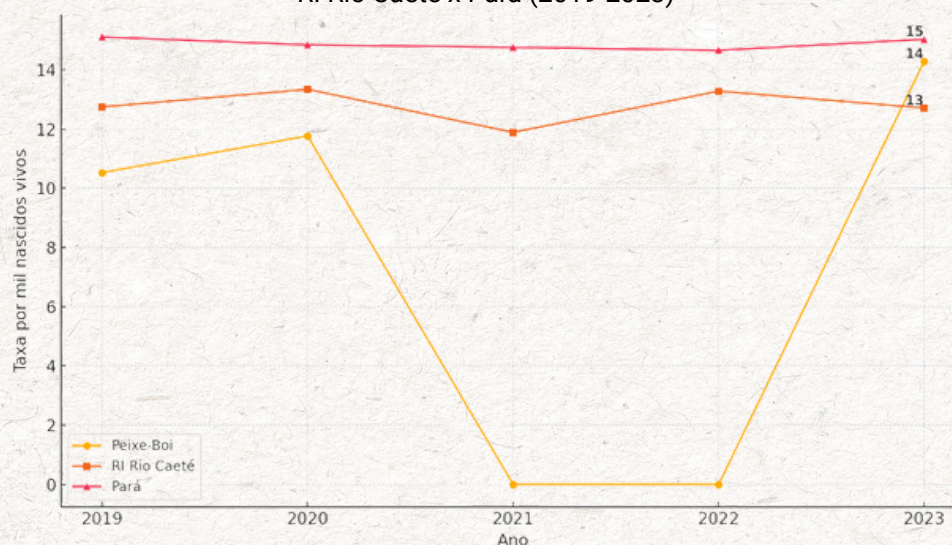
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

A taxa de mortalidade infantil no município de Peixe-Boi iniciou o período com 10,6 óbitos por mil nascidos vivos em 2019 e apresentou aumento em 2020, alcançando 11,8. Em 2021 e 2022, o município registrou taxas zeradas, o que pode indicar tanto melhoria significativa na saúde neonatal quanto possível subnotificação. Contudo, em 2023, a taxa subiu para 14,0, ultrapassando os níveis registrados nos anos anteriores e ficando próxima das médias da Região de Integração Rio Caeté e do estado do Pará, que foram, respectivamente, 13,0 e 15,0 óbitos por mil nascidos vivos (Gráfico 5).

A RI Rio Caeté manteve uma relativa estabilidade ao longo do período, oscilando entre 12,0 (2021) e 13,3 (2020 e 2022), enquanto o estado do Pará apresentou ligeira queda entre 2019 (15,0) e 2022 (14,5), voltando a 15,0 em 2023. Isso demonstra que, apesar da leve oscilação, o problema da mortalidade infantil persiste em patamares elevados tanto na região quanto no estado. No caso de Peixe-Boi, o crescimento abrupto em 2023 após dois anos de taxa nula sugere a necessidade de atenção redobrada à vigilância epidemiológica e à ampliação dos serviços básicos de saúde materno-infantil (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

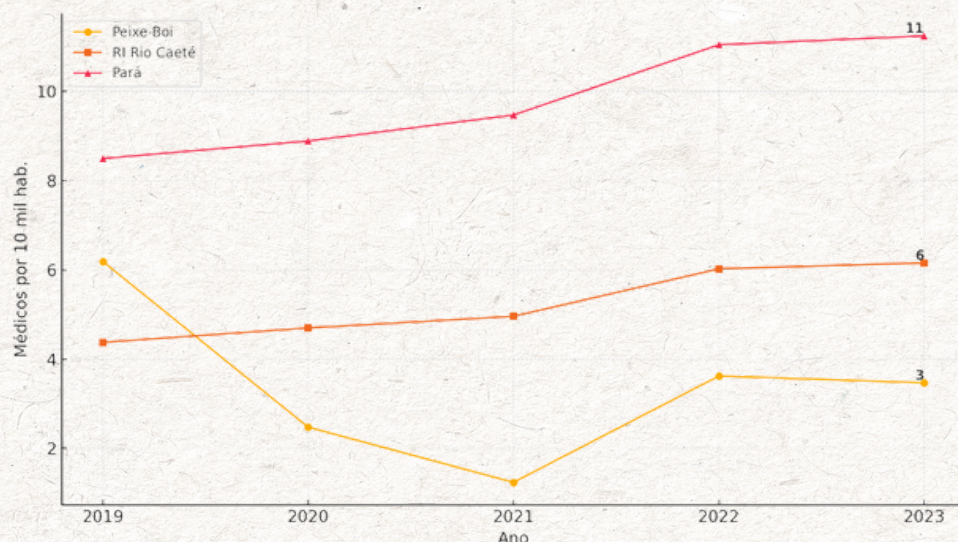
Número de Médicos por 10 mil habitantes

No município de Peixe-Boi, o número de médicos por 10 mil habitantes caiu significativamente de 6,2 em 2019 para apenas 1,2 em 2021. Após esse ponto crítico, houve uma recuperação parcial em 2022 (3,6), mas o índice voltou a cair em 2023, ficando em apenas 3,0 médicos por 10 mil habitantes. Esse padrão de instabilidade indica dificuldades na retenção de profissionais de saúde no município, o que pode afetar diretamente a qualidade da atenção básica e os desfechos em saúde da população local (Gráfico 6).

Em contrapartida, tanto a RI Rio Caeté quanto o estado do Pará apresentaram crescimento constante do indicador. A região subiu de 4,4 médicos em 2019 para 6,2 em 2023, enquanto o Pará saiu de 8,5 para 11,0 no mesmo período. Essa ampliação da cobertura médica em escala regional e estadual contrasta com a queda municipal, sugerindo desigualdades no provimento e fixação de profissionais. Essa escassez local pode estar correlacionada com a piora nos indicadores de saúde infantil, como evidenciado pelo aumento da mortalidade em 2023 (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, o município de Peixe-Boi manteve relativa estabilidade no número de vagas no ensino público, saindo de 223 para 237 vagas por mil habitantes. No entanto, a partir de 2022 houve uma queda acentuada, com o índice caindo para 211 vagas e, em 2023, recuando ainda mais para 192 vagas por mil habitantes, o menor valor da série. Esse comportamento sugere uma retração da oferta educacional em relação ao crescimento populacional ou possível redução da capacidade da rede pública local (Gráfico 7).

Na Região de Integração Rio Caeté, observou-se leve oscilação: de 244 vagas em 2019 para 234 em 2020, seguido de recuperação até 2022 (243 vagas), mas também com queda em 2023, chegando a 216 vagas por mil habitantes. Já no estado do Pará, os valores mantiveram-se mais estáveis, com ligeira alta entre 2020 (207) e 2022 (219), mas recuando para 198 vagas em 2023. A tendência decrescente em 2023 nas três esferas pode refletir desafios estruturais como redução de matrículas, fechamento de turmas ou escolas, ou mudanças demográficas (Gráfico 7).

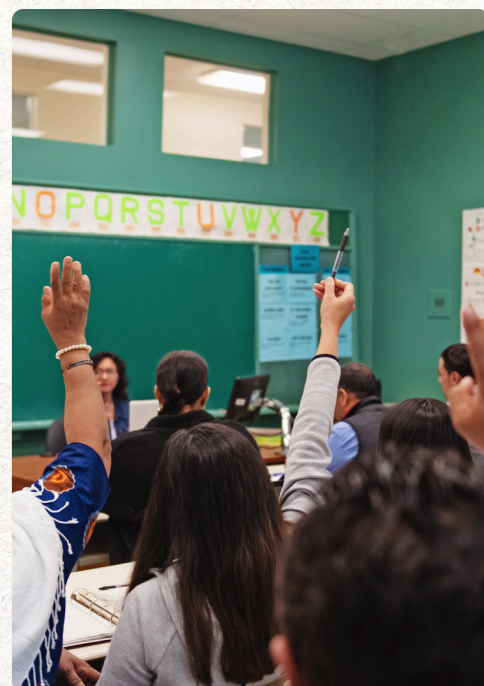
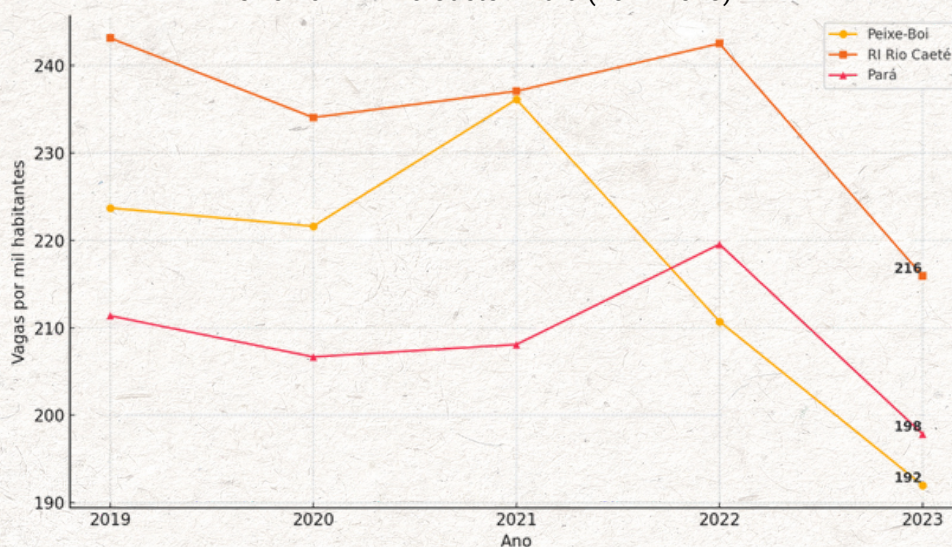


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

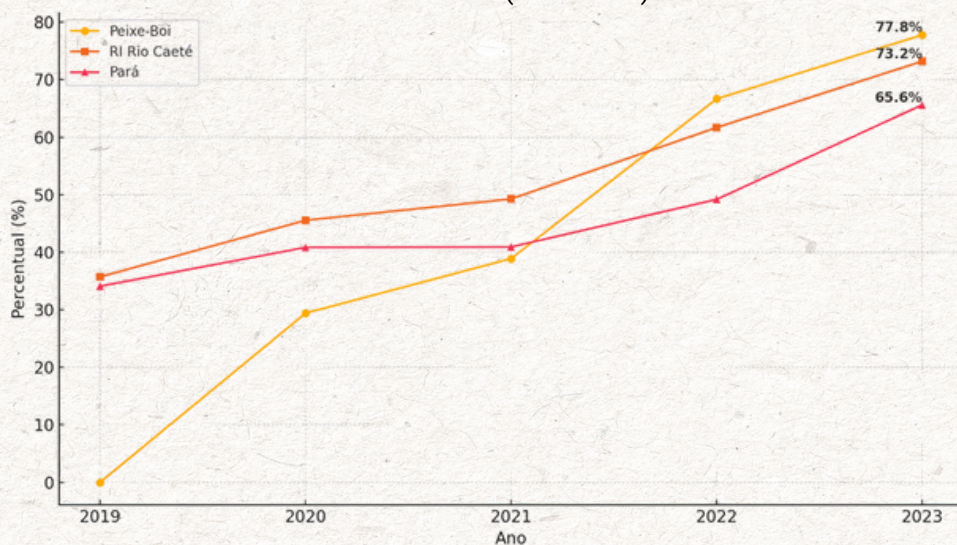
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 192 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O município de Peixe-Boi apresentou crescimento expressivo e contínuo no percentual de escolas com acesso à internet. Partindo de 0% em 2019, saltou para 29,4% em 2020 e, em 2021, atingiu 39,2%. A elevação mais acentuada ocorreu em 2022, com o indicador alcançando 65,7%, encerrando 2023 com 77,8% das escolas conectadas. Esse avanço significativo evidencia esforços locais de infraestrutura digital, que podem contribuir para melhoria do ensino e ampliação do acesso a conteúdos educacionais (Gráfico 8).

Na RI Rio Caeté, a evolução também foi positiva: o percentual de escolas com acesso à internet subiu de 35,7% em 2019 para 73,2% em 2023. No estado do Pará, a trajetória foi mais gradual, com crescimento de 33,6% para 65,6% no mesmo período. Ainda que os patamares regionais e estaduais sejam inferiores ao de Peixe-Boi em 2023, os dados revelam uma tendência de universalização do acesso digital nas escolas públicas, indicando maior alinhamento com as exigências do ensino contemporâneo, especialmente em contextos pós-pandemia (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 77,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

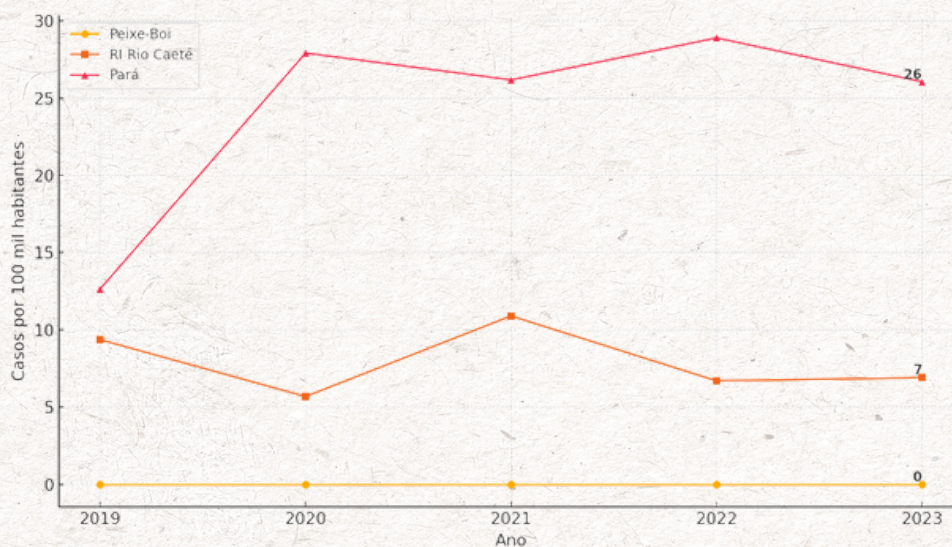


No município de Peixe-Boi, o indicador de violência contra a mulher por parceiros apresentou valores nulos ao longo de todo o período analisado (2019 a 2023), com registro constante de 0 casos por 100 mil habitantes. Embora isso possa indicar ausência de ocorrências notificadas, é importante considerar a possibilidade de subnotificação, especialmente em contextos em que as vítimas enfrentam barreiras para acessar canais de denúncia ou não há estrutura adequada de acolhimento e registro. A interpretação dos dados requer cautela, pois a inexistência de registros não equivale necessariamente à inexistência do fenômeno (Gráfico 9).



Na Região de Integração Rio Caeté, os valores oscilaram entre 5,9 casos por 100 mil habitantes em 2020 e 10,9 em 2021, encerrando 2023 com 7,0 casos. Já no estado do Pará, o crescimento foi mais expressivo: de 12,6 casos em 2019 para um pico de 29,0 em 2022, seguido de leve queda para 26,0 em 2023. Esses números indicam que, em níveis regional e estadual, a violência doméstica permanece uma preocupação significativa de saúde pública e direitos humanos. A ausência de registros em Peixe-Boi destoa dessa tendência e sugere a necessidade de fortalecer os sistemas de notificação, proteção e acolhimento às mulheres no município (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

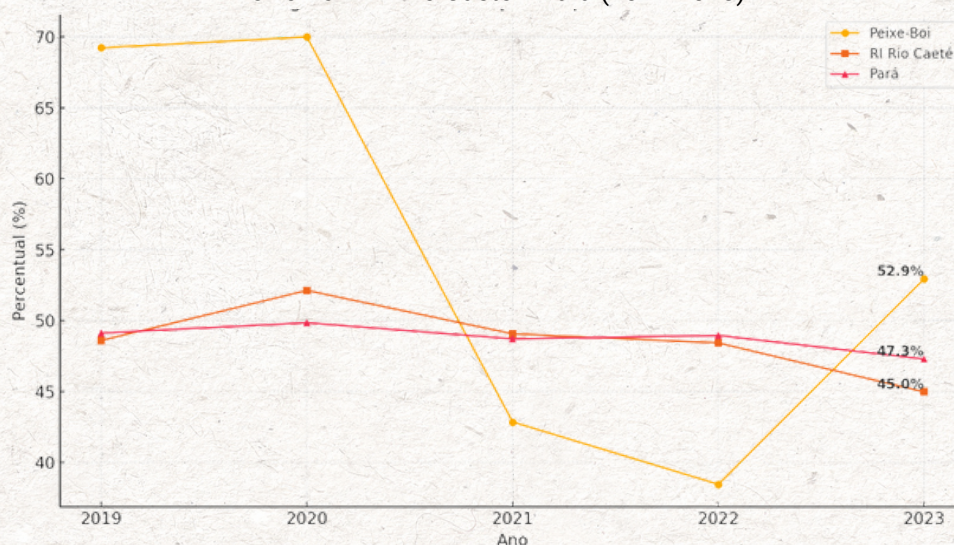
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em 2019, Peixe-Boi apresentou um percentual elevado de participação feminina em cargos gerenciais, com 69,3%, valor que aumentou levemente em 2020 para 69,9%. Contudo, houve uma queda significativa a partir de 2021 (43,1%), que se aprofundou em 2022, atingindo o menor patamar da série: 38,3%. Em 2023, o indicador se recuperou parcialmente, alcançando 52,9%, voltando a superar as médias da região e do estado. Essa forte oscilação sugere instabilidades na política de valorização da liderança feminina local, o que pode estar atrelado a mudanças administrativas ou variações conjunturais na estrutura ocupacional do município (Gráfico 10).



Na RI Rio Caeté, o percentual de mulheres em cargos gerenciais foi mais estável, variando entre 48,7% (2019) e 52,0% (2020), com leve queda para 45,0% em 2023. O estado do Pará seguiu trajetória semelhante, mantendo-se entre 48,9% e 47,3% no mesmo período. Esses dados evidenciam uma relativa paridade de gênero em cargos de liderança em escala regional e estadual. A trajetória de Peixe-Boi, embora tenha iniciado com forte presença feminina, demonstrou fragilidade em manter essa representatividade ao longo dos anos, o que reforça a importância de políticas contínuas e estruturadas para promover a equidade de gênero no setor público e privado (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

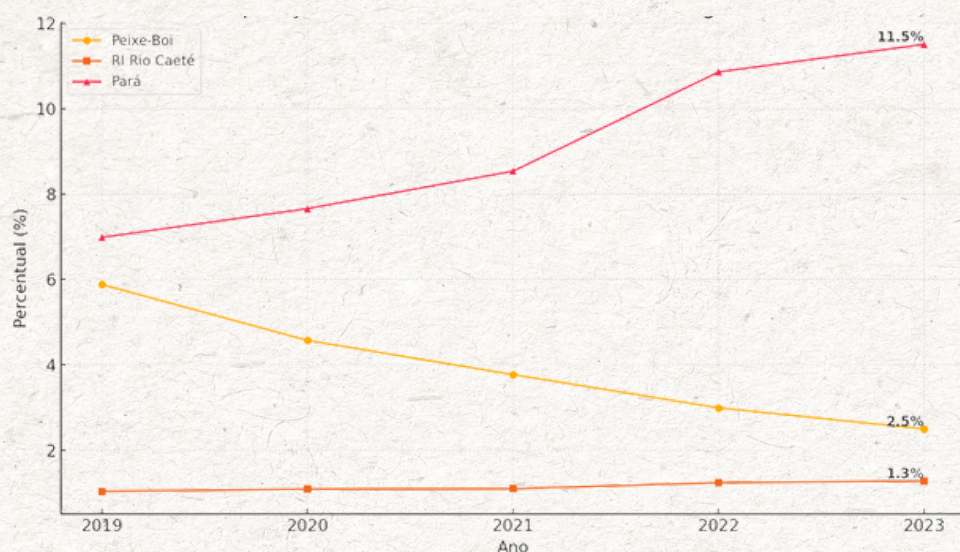
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Peixe-Boi, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto apresentou queda contínua ao longo do período analisado. Em 2019, o indicador era de 5,9% e caiu progressivamente para 4,6% em 2020, 3,7% em 2021, 3,0% em 2022 e atingiu apenas 2,5% em 2023. Essa redução indica um agravamento da exclusão de serviços de saneamento entre a população vulnerável do município, o que representa um retrocesso nas políticas públicas voltadas à equidade no acesso à infraestrutura básica (Gráfico 11).

Em contraste, a Região de Integração Rio Caeté manteve valores muito baixos, mas com leve crescimento: partindo de 1,0% em 2019, mantendo-se até 2021, subindo para 1,2% em 2022 e chegando a 1,3% em 2023. Já o estado do Pará apresentou tendência oposta a Peixe-Boi, com crescimento constante do indicador: de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023. Essa expansão estadual indica um avanço na cobertura do serviço para populações mais pobres, o que evidencia desigualdade de desempenho entre os territórios e reforça a urgência de ações específicas no município para reverter o cenário de retrocesso (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

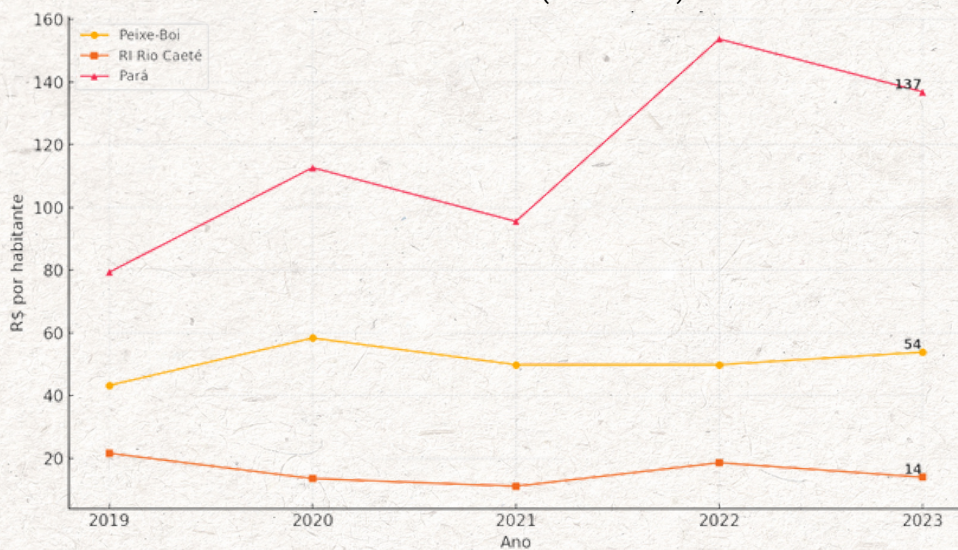
Em Peixe-Boi, os gastos municipais per capita com saneamento básico variaram com relativa estabilidade ao longo do período. O valor saiu de R\$ 43 em 2019, subiu para R\$ 58 em 2020, e apresentou queda para R\$ 51 em 2021 e 2022. Em 2023, houve ligeira recuperação, com o gasto alcançando R\$ 54 por habitante. Apesar da estabilidade, o patamar ainda é considerado baixo frente às necessidades do setor, especialmente considerando a queda paralela no acesso à coleta de esgoto entre a população de baixa renda (Gráfico 12).

Na Região de Integração Rio

Caeté, os gastos foram inferiores e mais voláteis, começando com R\$ 22 em 2019 e caindo para R\$ 11 em 2021, com leve alta em 2022 (R\$ 18) e queda novamente para R\$ 14 em 2023. Já no estado do Pará, o investimento médio por habitante foi consideravelmente maior, subindo de R\$ 80 em 2019 para um pico de R\$ 154 em 2022, com redução para R\$ 137 em 2023. O contraste entre os valores do estado e os de Peixe-Boi evidencia um descompasso nos investimentos locais, o que pode estar diretamente relacionado à piora nos indicadores de acesso ao saneamento básico entre os mais pobres (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 54/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



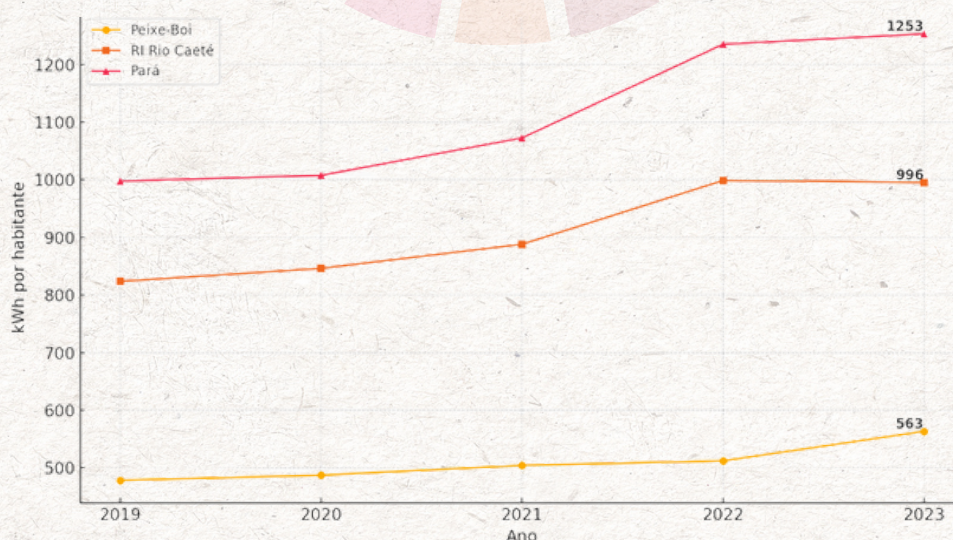
O consumo de energia elétrica per capita em Peixe-Boi apresentou crescimento contínuo entre 2019 e 2023. O município iniciou o período com 478 kWh por habitante em 2019 e manteve crescimento leve e gradual até 2022, quando atingiu 510 kWh. Em 2023, houve um aumento mais expressivo, elevando o consumo para 563 kWh por habitante. Apesar da tendência positiva, o valor ainda é consideravelmente inferior aos níveis observados na Região de Integração Rio Caeté (996 kWh) e no estado do Pará (1.253 kWh) em 2023, o que sugere desi-

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

gualdade de acesso e uso de energia, possivelmente vinculada a limitações socioeconômicas e de infraestrutura elétrica local (Gráfico 13).

A Região de Integração Rio Caeté registrou também um crescimento contínuo, saindo de 828 kWh em 2019 para 996 kWh em 2022, mantendo esse patamar em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 999 kWh por habitante em 2019 e chegou a 1.253 kWh em 2023, com destaque para o forte crescimento entre 2021 (1.071 kWh) e 2022 (1.237 kWh). O cenário estadual revela avanços importantes no acesso à eletricidade e no aumento do padrão de consumo, enquanto os dados de Peixe-Boi demonstram que o município ainda enfrenta desafios significativos para alcançar a média regional (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 563 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

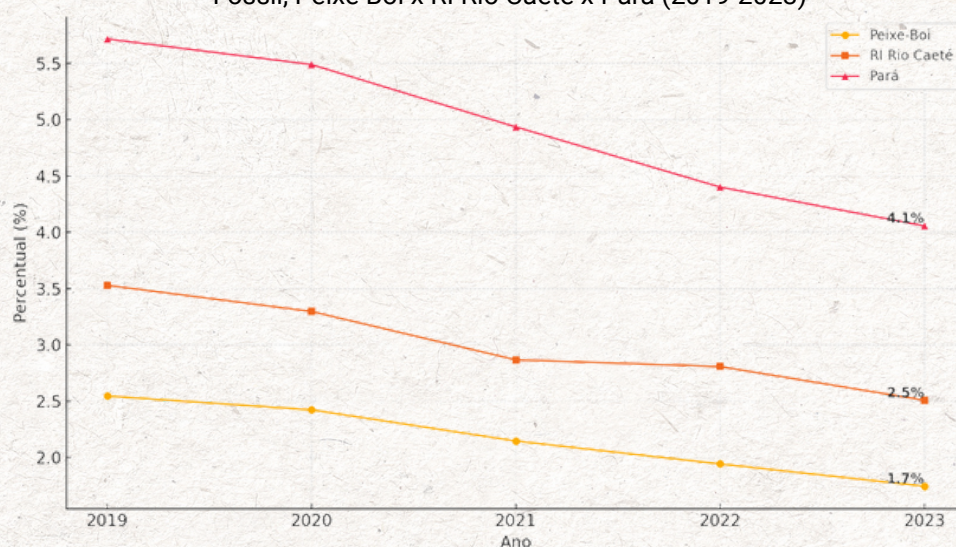
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil em Peixe-Boi apresentou queda constante entre 2019 e 2023, o que representa um avanço relevante na substituição de fontes precárias de iluminação por opções mais seguras e sustentáveis. O índice recuou de 2,6% em 2019 para 2,4% em 2020, 2,2% em 2021, 1,9% em 2022 e chegou a 1,7% em 2023. Essa redução progressiva indica melhora nas condições de acesso à energia elétrica entre a população vulnerável, alinhando-se a objetivos de inclusão energética (Gráfico 14).

Na RI Rio Caeté, o comportamento foi semelhante, com o indicador caindo de 3,5% em 2019 para 2,5% em 2023. No estado do Pará, a redução foi ainda mais expressiva em termos absolutos: de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. Apesar disso, o Pará continua com o percentual mais elevado entre os três níveis territoriais analisados. Os dados refletem um progresso gradual na eliminação do uso de fontes fósseis de iluminação, mas ainda apontam desigualdades territoriais e a necessidade de políticas públicas voltadas à universalização do acesso à energia elétrica de forma sustentável e segura (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

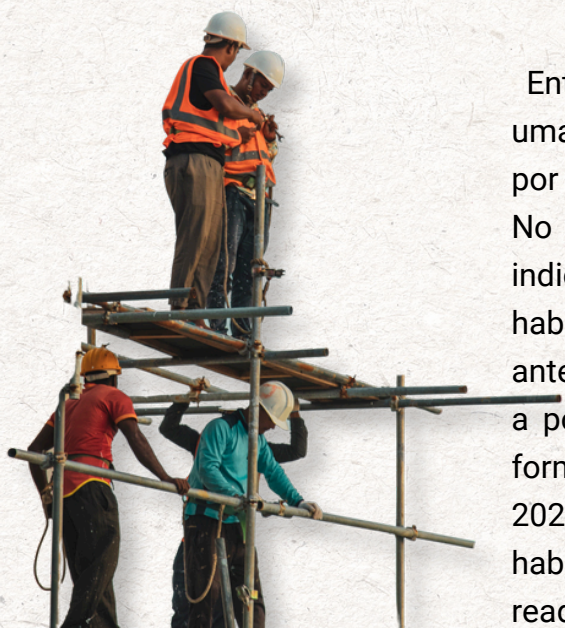
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

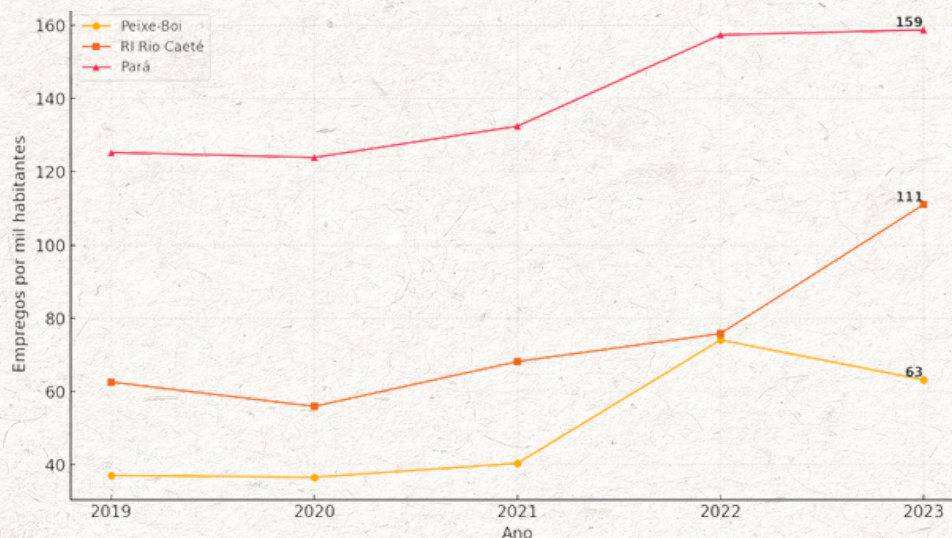


Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração Rio Caeté, a trajetória foi de crescimento mais consistente. Após uma queda de 63 para 56 empregos entre 2019 e 2020, a região avançou ano após ano, alcançando 111 empregos formais por mil habitantes em 2023. Já o estado do Pará manteve patamares significativamente mais elevados durante todo o período, iniciando com 126 empregos em 2019 e crescendo até 159 em 2023. Esses dados evidenciam que, embora Peixe-Boi tenha experimentado avanços pontuais, ainda se encontra em desvantagem frente às médias regional e estadual, o que reforça a importância de políticas locais de incentivo ao emprego formal e à qualificação profissional (Gráfico 15).

Entre 2019 e 2021, o município de Peixe-Boi apresentou uma evolução modesta no número de empregos formais por mil habitantes, saindo de 36 em 2019 para 40 em 2021. No entanto, em 2022 houve uma forte expansão, com o indicador saltando para 74 empregos formais por mil habitantes, praticamente o dobro do valor de três anos antes. Esse crescimento expressivo pode estar relacionado a políticas de recuperação econômica pós-pandemia ou à formalização de vínculos empregatícios locais. Contudo, em 2023, houve uma retração para 63 empregos por mil habitantes, indicando possível desaquecimento ou readequação no mercado de trabalho formal no município (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de Peixe-Boi apresentou crescimento consistente no período analisado, saindo de R\$ 6.820 em 2018 para R\$ 9.027 em 2022. A evolução foi mais expressiva a partir de 2019, quando o indicador passou de R\$ 6.682 para R\$ 8.145 em 2020 e atingiu R\$ 8.982 em 2021, mantendo crescimento moderado até 2022. Apesar do avanço, o município ainda se encontra em desvantagem em relação à sua região e ao estado, o que sugere limitações estruturais e produtivas que restringem a



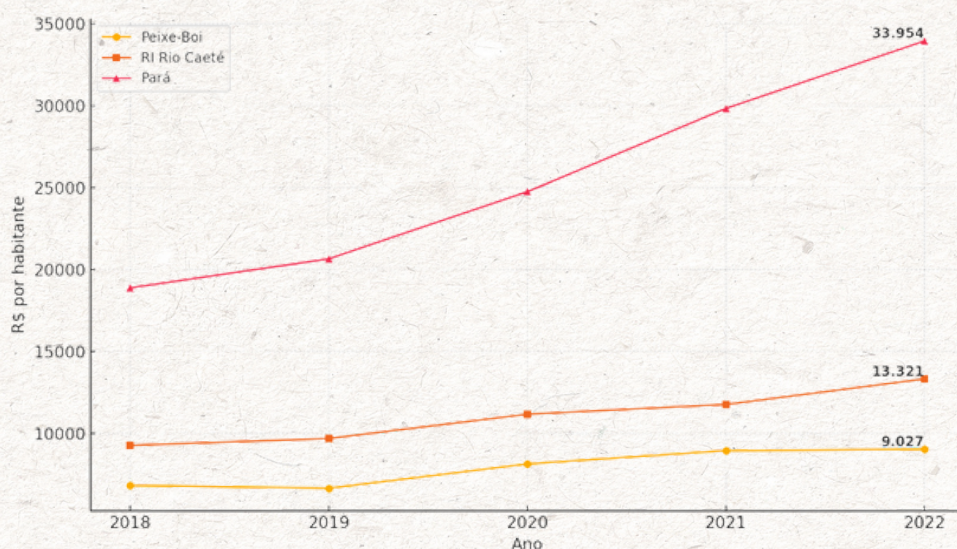
geração de riqueza local (Gráfico 16).

Na Região de Integração Rio Caeté, o PIB per capita aumentou de R\$ 9.309 em 2018 para R\$ 13.321 em 2022, demonstrando expansão mais robusta. Já o estado do Pará apresentou crescimento ainda mais expressivo: o valor saiu de R\$ 18.949 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, quase dobrando em cinco anos. Esses dados reforçam a disparidade territorial, com Peixe-Boi permanecendo significativamente abaixo da média estadual e re-



gional, o que evidencia a necessidade de estratégias voltadas à diversificação produtiva e valorização das potencialidades econômicas locais (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9.027/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

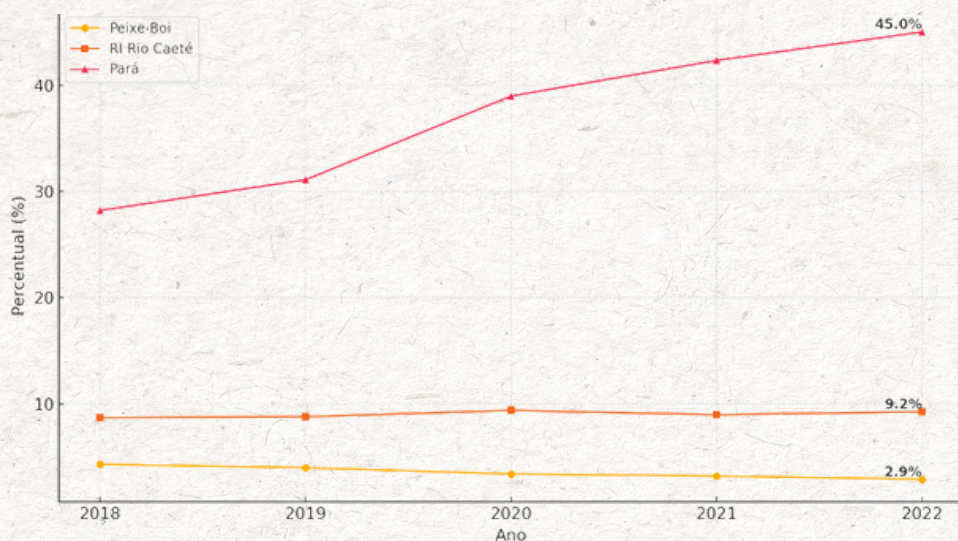


O indicador de valor adicionado da indústria como proporção do PIB em Peixe-Boi apresentou tendência de queda entre 2018 e 2022. Em 2018, o setor industrial representava 4,1% do PIB municipal, e esse percentual caiu gradualmente ao longo dos anos, atingindo apenas 2,9% em 2022. Essa retração demonstra perda de relevância da atividade industrial na composição econômica do município, possivelmente em função da predominância de outros setores, como agropecuária e serviços, ou pela ausência de políticas de estímulo ao setor secundário (Gráfico 17).

Na Região de Integração Rio Caeté, o valor adicionado da indústria manteve-se estável, oscilando de 8,8% em 2018 para 9,2% em 2022. Já no estado do Pará, houve crescimento contínuo e expressivo: o setor industrial representava 28,4% do PIB estadual em 2018 e passou a representar 45,0% em 2022. Esse desempenho evidencia o peso da indústria extrativa e de transformação em nível estadual, contrastando com o enfraquecimento industrial de Peixe-Boi, o que reforça a necessidade de estímulos à industrialização local como forma de dinamizar a economia e agregar valor à produção regional (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Peixe-Boi apresentou tendência de queda. Em 2019, o município registrava 2 profissionais por 100 mil habitantes, mantendo esse patamar em 2020, mas diminuindo para 1,7 em 2021, 1,2 em 2022 e atingindo o menor valor da série em 2023, com apenas 1 profissional por 100 mil habitantes. Essa trajetória

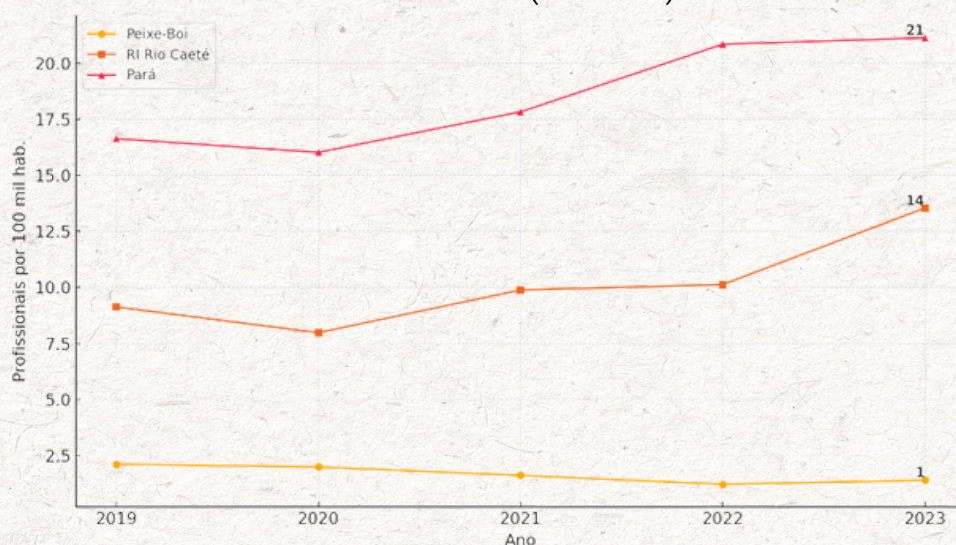


tória descendente revela uma forte limitação no desenvolvimento científico local, o que pode impactar negativamente a capacidade de inovação, acesso à tecnologia e implementação de políticas baseadas em evidência (Gráfico 18).



Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador evoluiu positivamente, partindo de 9 profissionais em 2019 para 14 em 2023, com crescimento contínuo a partir de 2020. Já o estado do Pará apresentou desempenho ainda mais robusto, com crescimento de 16,7 para 21 profissionais por 100 mil habitantes no mesmo intervalo. Esses dados reforçam a disparidade entre o município de Peixe-Boi e os níveis regional e estadual, indicando a necessidade urgente de políticas públicas que estimulem a formação, atração e retenção de profissionais da ciência no município, como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento sustentável e fortalecimento do capital humano (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



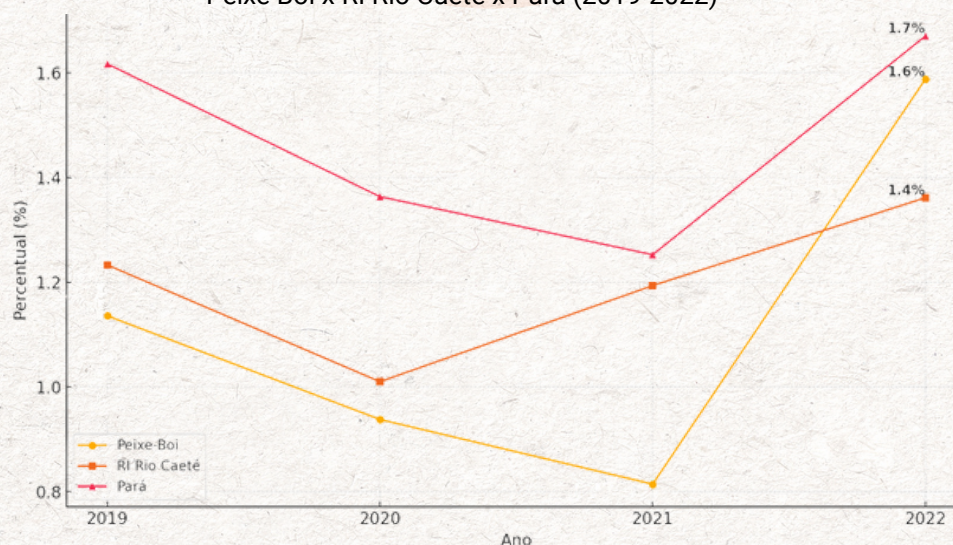
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2021, o indicador de massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB apresentou trajetória de queda no município de Peixe-Boi. Em 2019, o valor era de 1,13%, recuando para 0,94% em 2020 e atingindo o menor patamar da série em 2021, com 0,82%. Essa redução indica uma menor participação dos salários pagos aos trabalhadores formais na composição da economia municipal, sugerindo estagnação ou retração do mercado formal de trabalho em comparação com o crescimento do PIB no período (Gráfico 19).

No entanto, em 2022 houve uma recuperação expressiva no município, com o indicador

subindo para 1,6%, valor que superou inclusive a média da Região de Integração Rio Caeté (1,39%) e se aproximou do percentual estadual (1,67%). Essa reversão de tendência sugere uma retomada significativa do emprego formal ou reajustes salariais relevantes. A RI Rio Caeté, por sua vez, oscilou entre 1,23% em 2019 e 1,39% em 2022, enquanto o estado do Pará caiu de 1,62% em 2019 para 1,26% em 2021, recuperando-se para 1,67% em 2022. O desempenho de Peixe-Boi em 2022 representa um avanço importante, sinalizando possível fortalecimento do vínculo formal e maior distribuição da renda gerada no município via salários (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

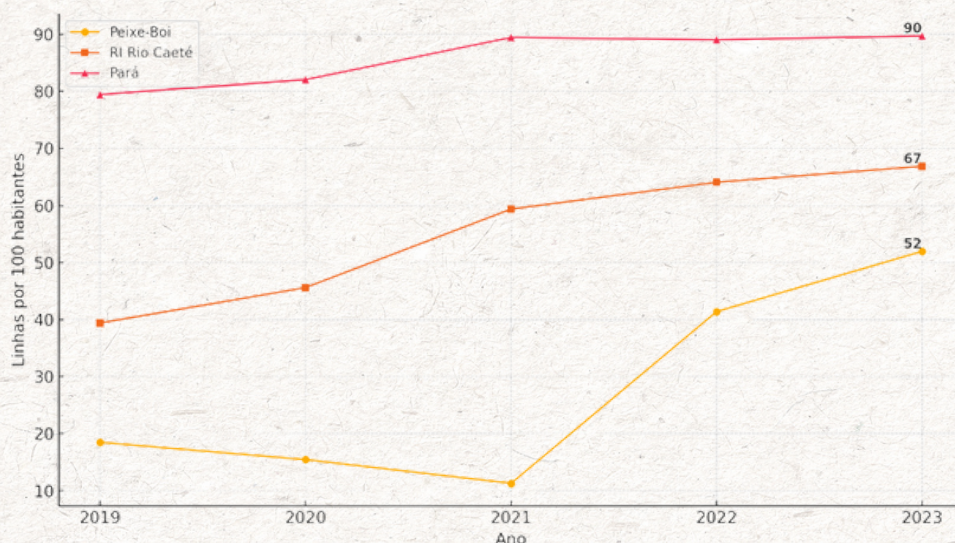
Acesso à Telefonia Móvel

Entre 2019 e 2021, o município de Peixe-Boi apresentou retração no acesso à telefonia móvel, com o número de linhas por 100 habitantes caindo de 18 para apenas 11. No entanto, a partir de 2022 houve uma recuperação significativa: o indicador saltou para 41 linhas e, em 2023, atingiu 52 linhas por 100 habitantes. Apesar da recuperação recente, o nível ainda permanece abaixo das médias regional (67) e estadual (90) observadas em 2023, indicando que, embora haja progresso, o município ainda enfrenta desafios na expansão da infraestrutura e cobertura de telefonia móvel (Gráfico 20).

A Região de Integração Rio Caeté exibiu crescimento constante no período, passando de 39 linhas por 100 habitantes em 2019 para 67 em 2023. Já o estado do Pará também apresentou trajetória de crescimento contínuo, de 79 para 90 linhas no mesmo intervalo. A comparação revela que tanto a região quanto o estado experimentaram avanços sustentados na conectividade móvel, enquanto Peixe-Boi apresentou uma evolução mais tardia e instável. Esse descompasso pode refletir desigualdades territoriais na distribuição de investimentos em infraestrutura digital e conectividade, especialmente em localidades menores e mais periféricas (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

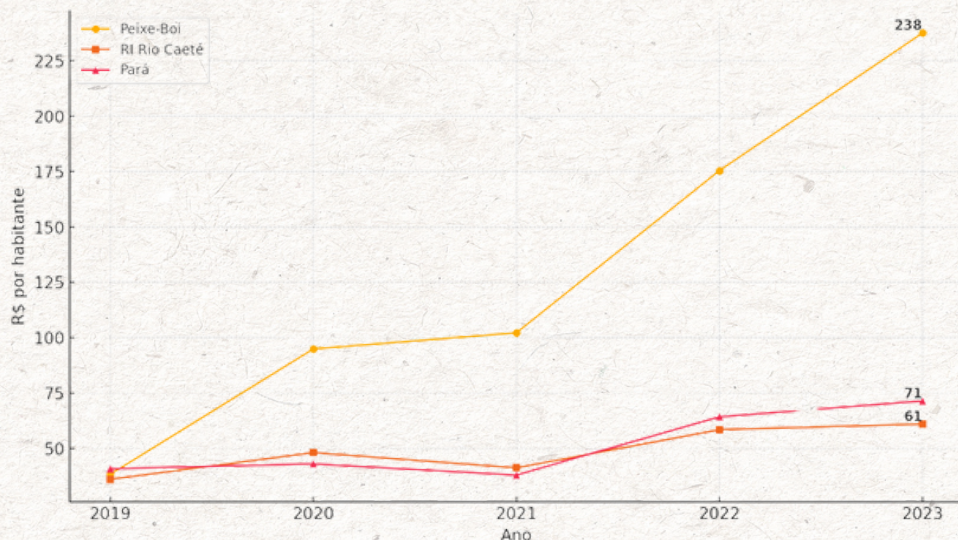
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

O município de Peixe-Boi teve uma elevação expressiva na despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental entre 2019 e 2023. O indicador partiu de R\$ 38,2 por habitante em 2019 e praticamente dobrou para R\$ 95 em 2020. Após uma leve alta em 2021 (R\$ 102), os investimentos aumentaram significativamente em 2022, atingindo R\$ 175, e chegaram a R\$ 238 em 2023. Esse crescimento contínuo sugere um esforço municipal considerável na valorização das políticas culturais e ambientais, superando largamente os valores da região e do estado (Gráfico 21).

A Região de Integração Rio Caeté teve um crescimento mais modesto no mesmo período, passando de R\$ 38 em 2019 para R\$ 61 em 2023. O estado do Pará apresentou evolução semelhante, indo de R\$ 41 para R\$ 71 no intervalo analisado. Os dados evidenciam que Peixe-Boi se destaca positivamente na aplicação de recursos nessas áreas, o que pode representar um diferencial estratégico local, com potencial para fortalecimento da identidade cultural, promoção da sustentabilidade e desenvolvimento de políticas públicas mais integradas e qualificadas (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

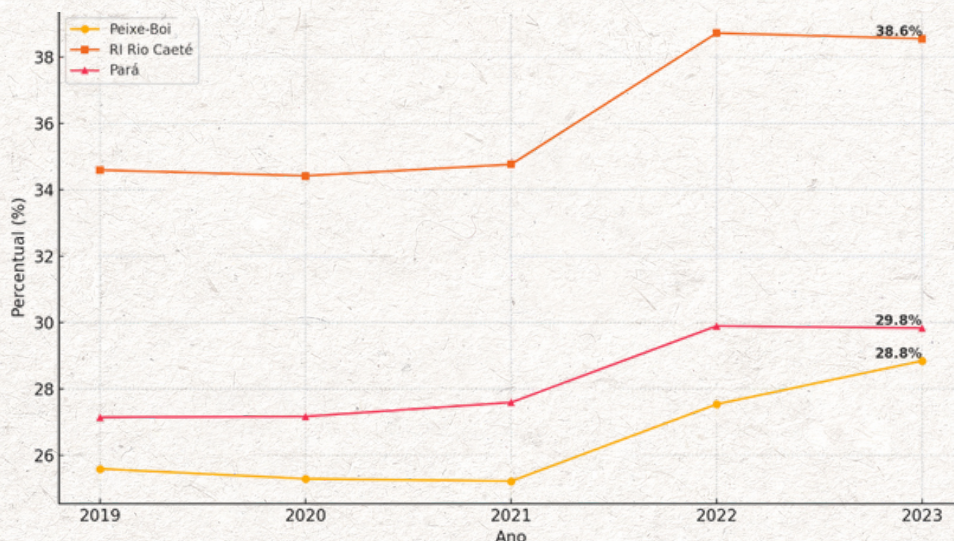


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Peixe-Boi, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo apresentou elevação nos últimos anos. Em 2019, o indicador estava em 25,6%, mantendo-se relativamente estável até 2021, quando ainda registrava 25,2%. A partir de 2022, no entanto, observou-se um crescimento significativo, alcançando 27,6%, e em 2023 chegou a 28,8%. Essa tendência de alta sugere a persistência ou até agravamento da precariedade nos serviços de coleta de resíduos sólidos entre a população mais vulnerável, o que pode ter impactos ambientais e sanitários relevantes (Gráfico 22).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador apresentou valores consistentemente mais elevados, saindo de 34,7% em 2019 para 38,6% em 2023. Já no estado do Pará, a evolução foi mais gradual: de 27,1% para 29,8% no mesmo período. Isso revela que, embora Peixe-Boi apresente valores mais baixos que os da sua região e do estado, a tendência recente de crescimento é preocupante. A ampliação e qualificação da coleta de lixo, especialmente em áreas periféricas e de baixa renda, torna-se urgente para interromper essa trajetória e garantir condições adequadas de saneamento (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

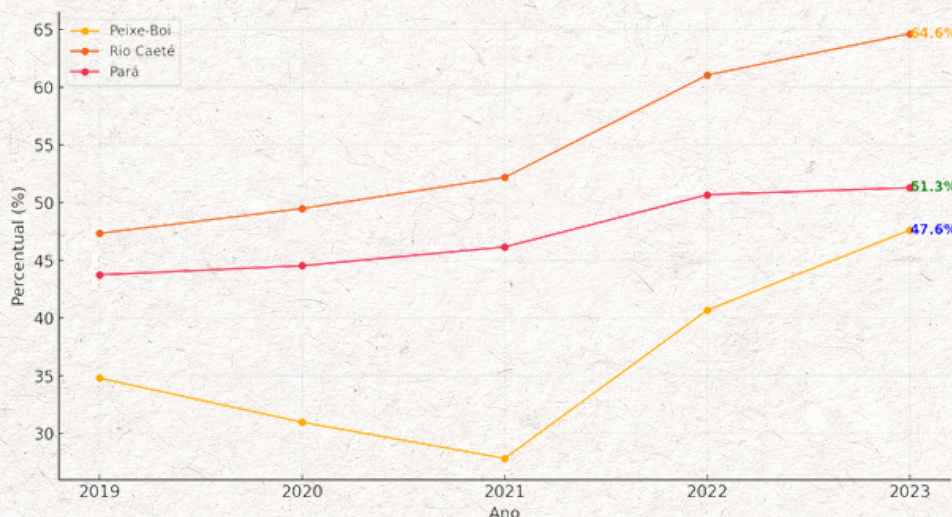
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O indicador de população de baixa renda com fossa rudimentar em Peixe-Boi oscilou de forma preocupante entre 2019 e 2023. Em 2019, o percentual era de 35,0%, caindo para 30,9% em 2020 e atingindo o menor valor da série em 2021, com 27,7%. No entanto, a partir de 2022 houve uma reversão drástica: o percentual saltou para 40,8% e, em 2023, chegou a 47,6%. Esse avanço indica um retrocesso nas condições de saneamento básico entre os mais pobres, com aumento do uso de soluções sanitárias precárias, como fossas rudimentares, que representam riscos à saúde pública e ao meio ambiente (Gráfico 23).

A Região de Integração Rio Caeté e o estado do Pará também apresentaram crescimento nesse indicador, embora em menor magnitude. A RI subiu de 47,2% em 2019 para 64,6% em 2023, enquanto o Pará foi de 43,9% para 51,3%. O comportamento ascendente em todos os níveis territoriais evidencia a insuficiência das políticas públicas de esgotamento sanitário para populações vulneráveis. Em Peixe-Boi, a elevação brusca nos dois últimos anos reforça a necessidade de investimentos urgentes em infraestrutura sanitária e ampliação do acesso a sistemas adequados de esgoto, especialmente em áreas de baixa renda (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

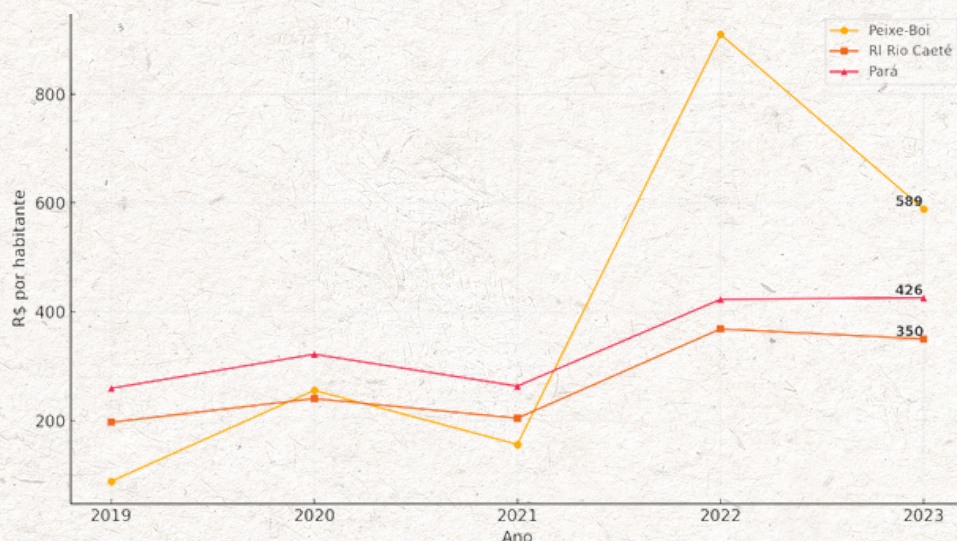


Gastos per capita com prevenção de desastres

No município de Peixe-Boi, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram forte oscilação entre 2019 e 2023. Em 2019, o valor era de R\$ 89 por habitante, saltando para R\$ 255 em 2020. Após uma queda para R\$ 163 em 2021, o indicador atingiu seu maior patamar em 2022, com R\$ 902 por habitante, mais que o dobro da média estadual. Em 2023, houve uma redução significativa para R\$ 589, valor ainda bastante elevado em comparação aos primeiros anos da série. Esses dados apontam para uma intensificação temporária dos investimentos em prevenção, possivelmente em resposta a eventos climáticos extremos ou riscos ambientais específicos (Gráfico 24).

A Região de Integração Rio Caeté manteve uma trajetória mais estável, com os gastos variando de R\$ 196 em 2019 para R\$ 350 em 2023, atingindo o pico de R\$ 369 em 2022. Já o estado do Pará teve crescimento contínuo entre 2019 (R\$ 264) e 2022 (R\$ 426), com leve recuo para R\$ 426 em 2023. Embora Peixe-Boi tenha se destacado pelo forte incremento de recursos em 2022, o comportamento irregular do indicador indica que os investimentos não seguem uma lógica contínua e planejada, o que pode comprometer a eficácia das ações preventivas no longo prazo. O alinhamento com políticas permanentes de gestão de riscos e defesa civil é essencial para consolidar avanços (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 589/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Peixe-Boi apresentou um comportamento praticamente nulo em relação à despesa per capita com preservação aquática entre 2019 e 2022, mantendo o indicador em R\$ 0 durante todo esse período. Apenas em 2023 observou-se um avanço, com o município registrando R\$ 19 por habitante. Embora ainda modesto, o início dessa aplicação de recursos pode sinalizar a inclusão da pauta ambiental aquática na agenda municipal. Contudo, o longo intervalo sem qualquer investimento comprometeu a capacidade local de atuar preventivamente em áreas como conservação de corpos d'água, controle de poluição e gestão de ecossistemas hídricos (Gráfico 25).

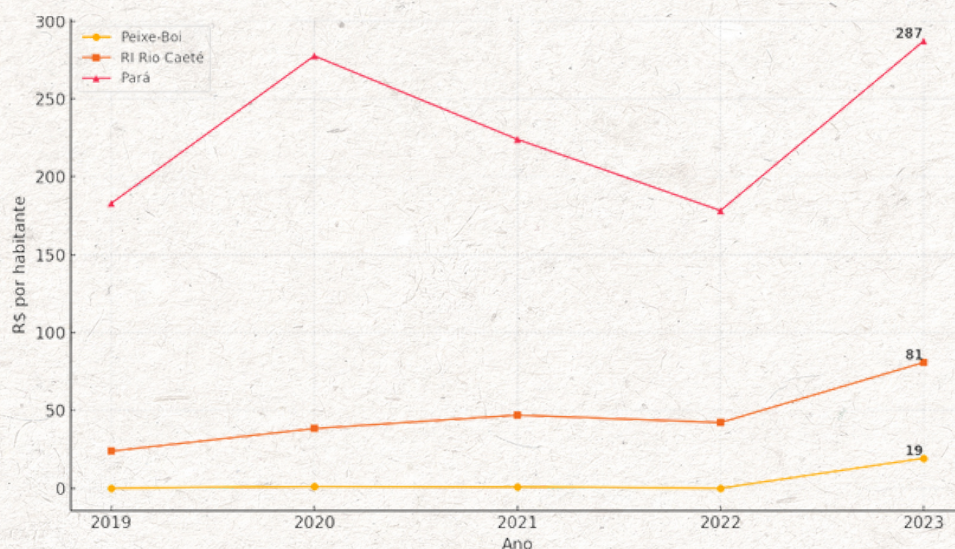
Na RI Rio Caeté, o indicador foi mais consistente, saindo de R\$ 25 em 2019 para R\$ 81 em 2023, com crescimento expressivo especialmente no último ano. O estado do Pará, por sua vez, apresentou patamares significativamente mais elevados durante todo o período, começando com R\$ 183 em 2019, chegando a um pico de R\$ 279 em 2020 e encerrando com R\$ 287 em 2023. A comparação revela que Peixe-Boi ainda está bastante distante dos níveis de referência regional e estadual. A ampliação do orçamento municipal voltado à preservação dos recursos aquáticos é crucial para promover sustentabilidade ambiental e mitigar os efeitos das mudanças climáticas no território (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.





Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 19/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

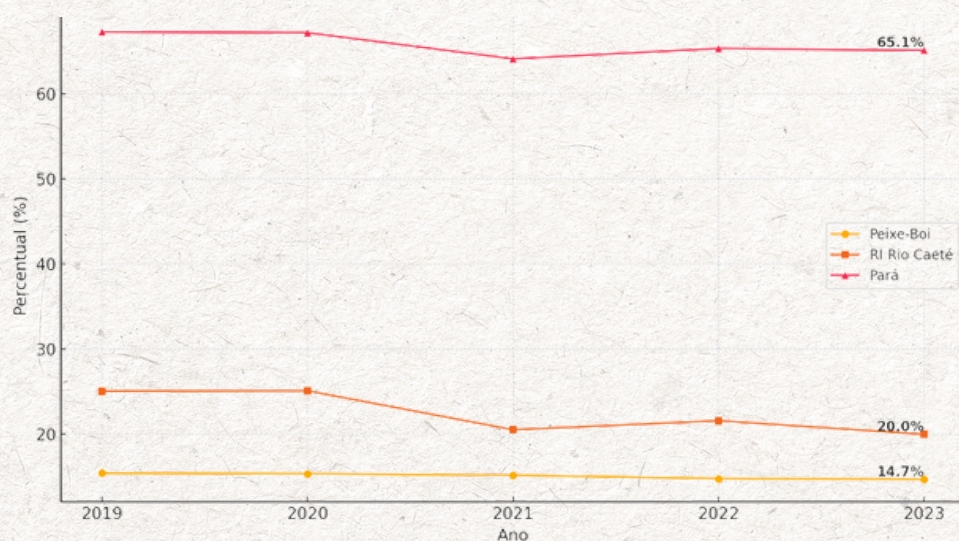
Entre 2019 e 2023, o município de Peixe-Boi apresentou ligeira queda na proporção de área florestal em relação à sua área total. Em 2019 e 2020, o indicador manteve-se em 15,5 %, caindo para 15,1% em 2021, 14,8% em 2022 e, por fim, 14,7% em 2023. Essa trajetória descendente, embora sutil, indica uma contínua redução da cobertura florestal no território municipal, o que pode estar associado à expansão de áreas urbanas, agropecuárias ou à ausência de políticas locais de conservação ambiental mais efetivas (Gráfico 26).

Na Região de Integração Rio Caeté, o percentual também

caiu: iniciou em 25,0% em 2019 e encerrou 2023 com 20,0%. O estado do Pará, por outro lado, manteve uma taxa relativamente estável e elevada, com 65,1% de sua área coberta por florestas em 2023, mesmo com pequena oscilação ao longo do período. A comparação evidencia que, enquanto o estado preserva uma expressiva cobertura florestal, os territórios de menor escala como Peixe-Boi e sua região vêm enfrentando pressões crescentes sobre seus ecossistemas, o que reforça a urgência de estratégias locais de reflorestamento e uso sustentável do solo (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

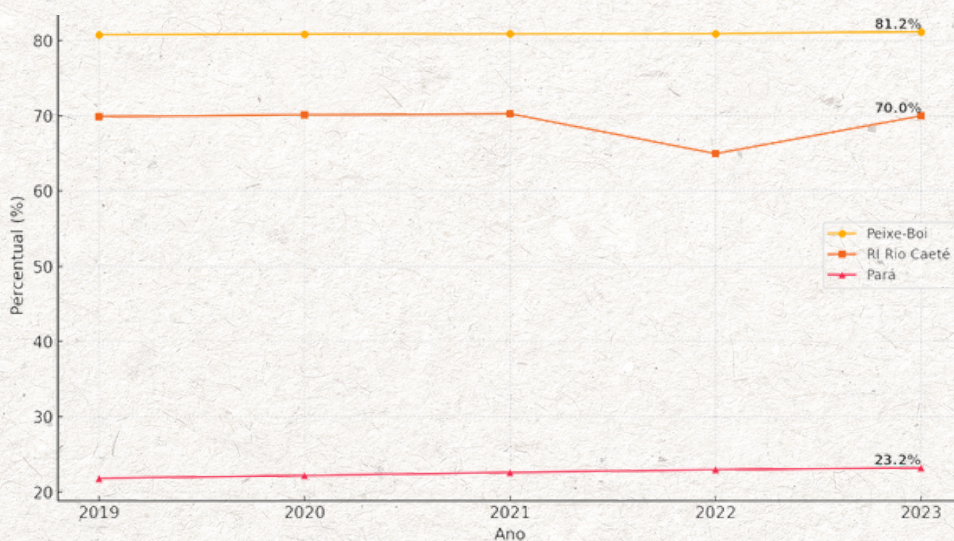
Peixe-Boi manteve um dos percentuais mais altos de área desmatada entre os territórios analisados, com estabilidade impressionante ao longo do período. O indicador permaneceu em 81,2% de 2019 a 2023, evidenciando que grande parte do município já se encontra antropizada e com cobertura vegetal nativa severamente comprometida. A ausência de redução nesse indicador indica falta de ações significativas de recuperação ambiental ou contenção de novas pressões sobre o uso do solo (Gráfico 27).

A RI Rio Caeté apresentou percentuais também elevados,

porém levemente menores e com alguma oscilação: de 70,0% em 2019 e 2020, o valor caiu para 65,1% em 2022, mas voltou a 70,0% em 2023. Já o estado do Pará demonstrou uma situação menos crítica, com o percentual subindo de 21,3% em 2019 para 23,2% em 2023, o que ainda representa menos de um quarto de sua área total. O contraste entre o município e o estado revela a intensidade do processo de desmatamento em Peixe-Boi, ressaltando a necessidade de políticas de restauração ecológica, monitoramento territorial e estímulo a práticas sustentáveis (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 81,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

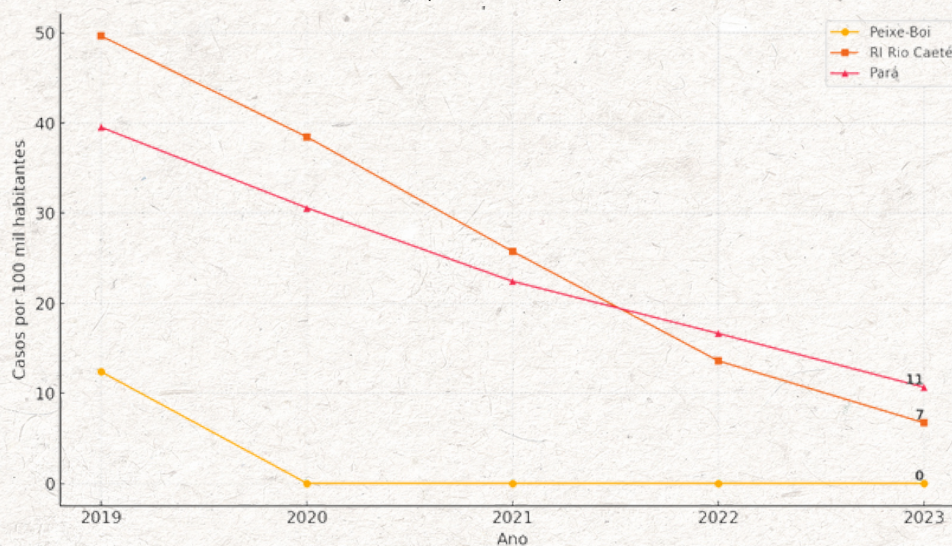
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Peixe-Boi, o trabalho infantil registrou 12,6 casos por 100 mil habitantes em 2019, sendo completamente erradicado a partir de 2020, com taxa de 0 nos quatro anos seguintes. Esse desempenho representa uma conquista expressiva na proteção da infância e pode indicar ações eficazes de fiscalização, políticas públicas de inclusão social e programas educacionais voltados à prevenção do trabalho precoce. Ainda assim, é importante considerar a possibilidade de subnotificação, e manter o monitoramento contínuo é essencial para garantir a sustentabilidade desse resultado (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador caiu de 49,9 em 2019 para 7,4 em 2023, uma redução significativa, mas ainda com ocorrência. No estado do Pará, a queda foi semelhante, passando de 39,8 para 11,0 casos por 100 mil habitantes no mesmo período. Ambas as esferas apresentam tendência de queda contínua, o que reflete um esforço regional e estadual pela erradicação do trabalho infantil. Peixe-Boi, ao atingir zero casos, se destaca positivamente frente a esses territórios, embora a manutenção dessa marca dependa de vigilância institucional e suporte social às famílias em situação de vulnerabilidade (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

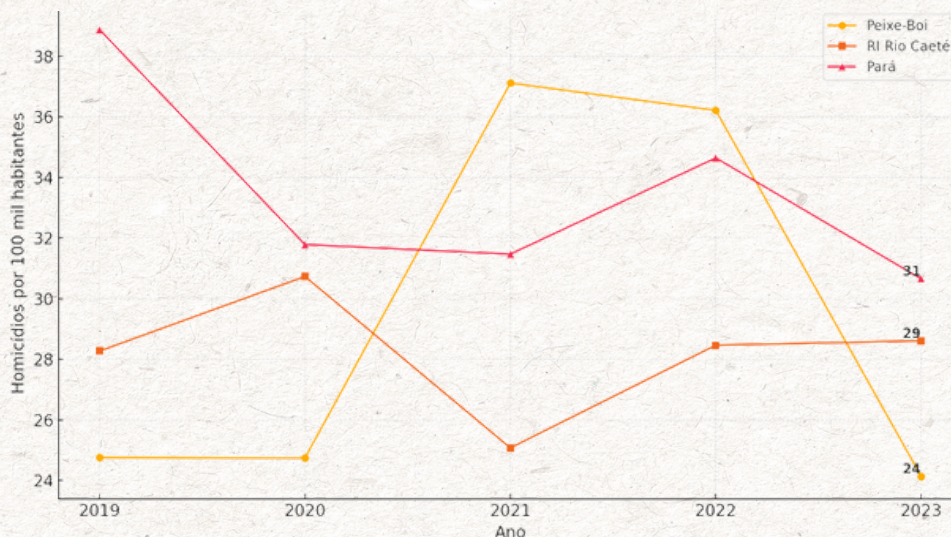
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Peixe-Boi, a taxa de homicídios apresentou comportamento oscilante entre 2019 e 2023. O município iniciou o período com 24,9 homicídios por 100 mil habitantes, manteve o mesmo valor em 2020, mas registrou uma alta expressiva para 37,2 em 2021, o maior valor da série. Em 2022, houve uma leve redução para 36,1, seguida por queda acentuada em 2023, quando a taxa retornou ao patamar de 24,1. Essa flutuação sugere episódios pontuais de aumento da violência letal, seguidos por eventual atuação de políticas de segurança pública ou ações preventivas locais (Gráfico 29).

Na Região de Integração Rio Caeté, os números oscilaram em um intervalo mais estreito, partindo de 28,3 em 2019 e encerrando 2023 com 29,1 homicídios por 100 mil habitantes. Já no estado do Pará, observou-se uma queda geral: de 38,5 em 2019 para 31,0 em 2023, apesar de uma breve elevação em 2022 (34,4). Comparativamente, Peixe-Boi apresentou um desempenho variável, com picos acima da média regional e estadual nos anos de 2021 e 2022. Isso reforça a importância de ações integradas e permanentes de segurança, justiça e políticas sociais para mitigar a violência letal no município (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

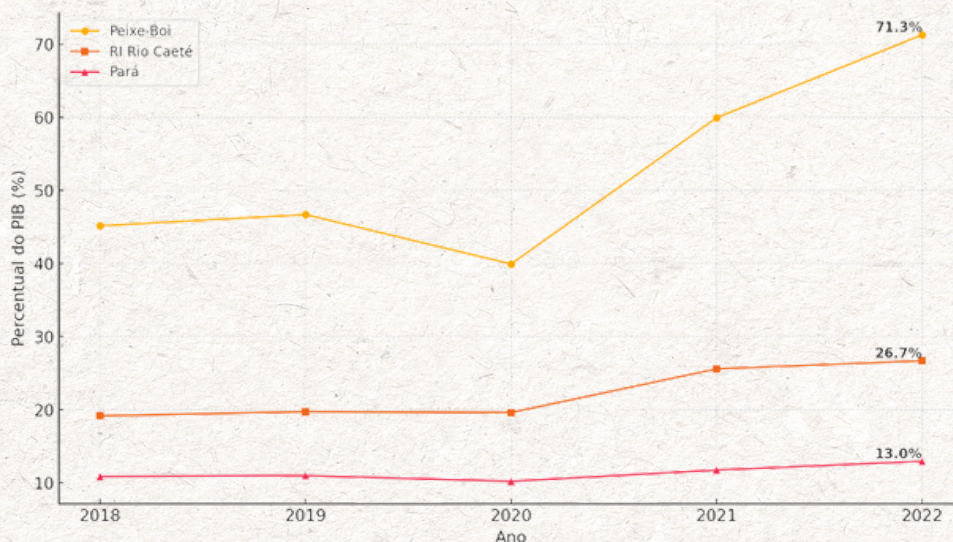


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Peixe-Boi apresentou aumento expressivo no gasto público municipal como percentual do PIB. Em 2018, o indicador era de 45,1%, passando para 46,5% em 2019 e recuando para 40,0% em 2020. A partir de 2021, houve forte crescimento: o percentual saltou para 60,0% e, em 2022, atingiu 71,3%, configurando um nível bastante elevado de participação do setor público na economia local. Esse comportamento pode refletir um aumento nos investimentos públicos municipais em um contexto de recuperação econômica ou de expansão dos serviços públicos, especialmente diante de uma base produtiva restrita (Gráfico 30).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador manteve-se estável nos três primeiros anos, variando de 19,3% em 2018 para 19,9% em 2020, e cresceu de forma mais moderada entre 2021 e 2022, chegando a 26,7%. Já o estado do Pará apresentou os menores percentuais da série, partindo de 10,6% em 2018 e atingindo 13,0% em 2022. Esses dados evidenciam que o município de Peixe-Boi possui uma dependência muito superior do gasto público em relação ao PIB local, o que pode sinalizar fragilidade na estrutura econômica privada e alta influência da administração pública como principal motor da atividade econômica no território (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

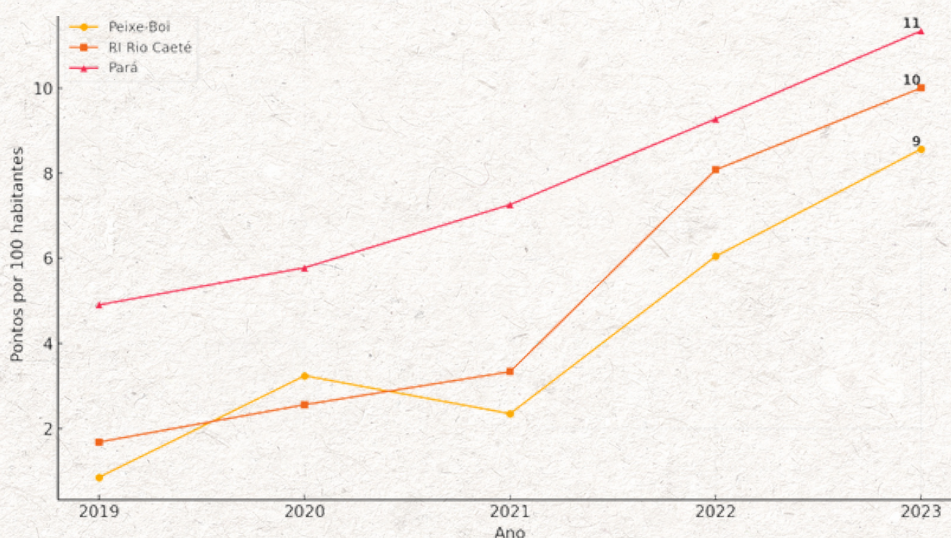
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Peixe-Boi apresentou crescimento significativo, embora partindo de um patamar bastante baixo. Em 2019, o município registrava apenas 0,8 pontos de acesso por 100 habitantes. Em 2020, houve um avanço para 3,2 pontos, seguido de leve retração em 2021 para 2,4. A partir de então, observou-se um impulso mais consistente, com a taxa subindo para 6,0 em 2022 e alcançando 9,0 pontos em 2023. Essa trajetória indica uma ampliação gradual da infraestrutura de conectividade fixa no município, embora o nível ainda permaneça ligeiramente abaixo da média regional e estadual (Gráfico 31).

A Região de Integração Rio Caeté partiu de 1,7 pontos por 100 habitantes em 2019 e chegou a 10,0 em 2023, com crescimento acentuado especialmente entre 2021 e 2022, quando a taxa saltou de 3,3 para 8,1. Já o estado do Pará manteve uma expansão contínua e mais robusta, passando de 4,9 para 11,0 pontos por 100 habitantes no mesmo período. A comparação mostra que Peixe-Boi acompanha a tendência geral de avanço no acesso à banda larga fixa, mas ainda apresenta um ritmo ligeiramente mais lento. O cenário reforça a importância de investimentos públicos e privados em infraestrutura digital para garantir inclusão tecnológica e acesso equitativo à informação e aos serviços digitais (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

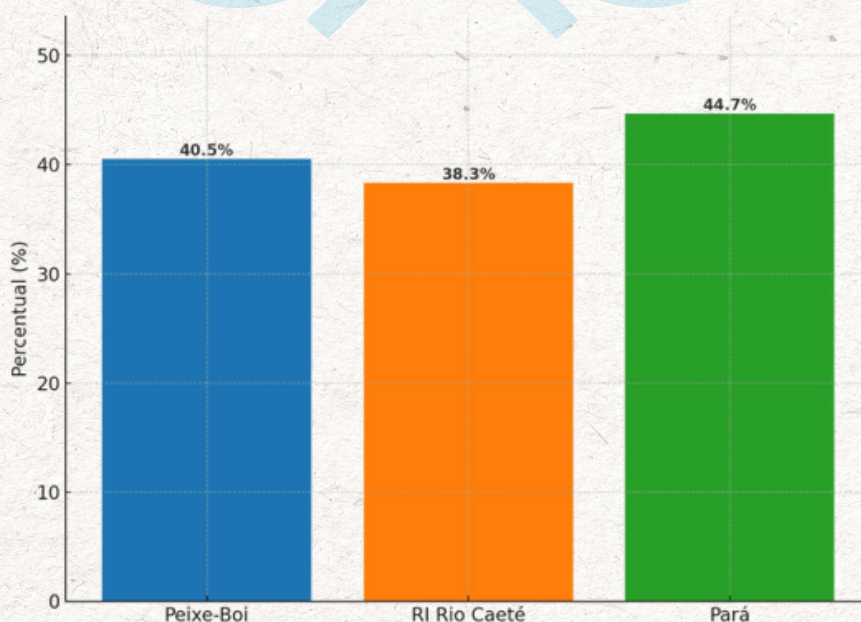
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Peixe Boi** registrou um IDS de **40,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Peixe Boi x RI Rio Caeté x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



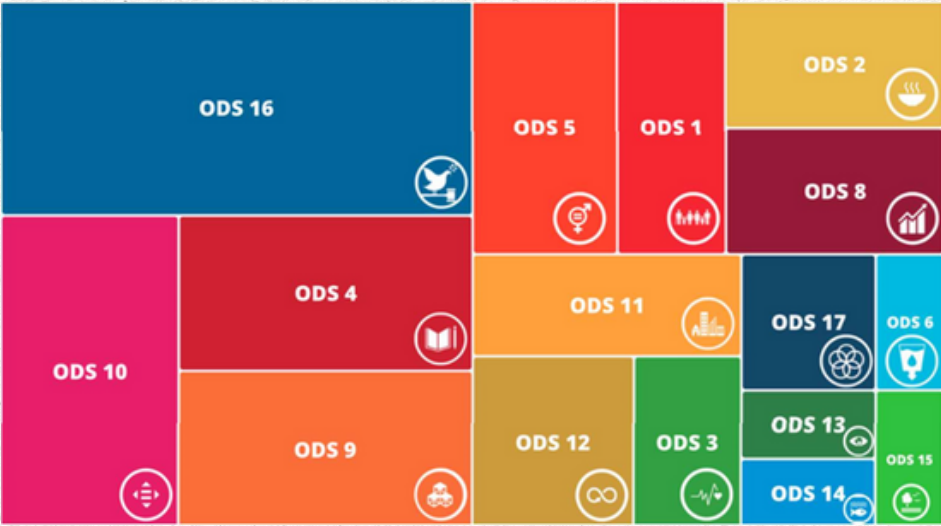
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Peixe Boi na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Peixe Boi e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

